

Brasília-DF, 03 de julho de 2025

Economia vai bem e Indústria se destaca



IBGE e Ministério do Trabalho e Emprego atestam bom momento da economia. No trimestre terminado em maio, desemprego foi de 6,2%, menor patamar desde 2012. País gerou 1,05 milhão de postos com Carteira assinada nos primeiros cinco meses do ano.

O Diretor de Relações Sindicais do Dieese, Victor Pagani, destaca a robustez dos indicadores. Ele diz: "Números mostram mercado de trabalho bastante dinâmico. Há queda na taxa de desocupados e na subutilização da força de trabalho. Tudo isso puxado pelo aumento do emprego formal, o que é muito positivo".

Setor de Serviços lidera, com mais 562.984 empregos no ano. Em seguida, vem a Indústria, que criou 209.685 postos de trabalho. Segundo o técnico do Dieese, chama atenção o crescimento do ramo de máquinas e equipamentos. "Quando ele se desenvolve é porque há expectativa de crescimento de produção pra atender a uma maior demanda. Isso mostra que a economia vai bem", afirma.

Causas – Victor Pagani destaca duas: a política de valorização real do salário mínimo e a reconstrução e ampliação das políticas de transferência de renda, como o Bolsa Família. "Esses fatores contribuem para o crescimento da economia, que surpreende positivamente e se mantém acima das expectativas do mercado".

Investimentos – Outra causa é a retomada do investimento público, por meio de programas como o Novo PAC e a Nova Indústria Brasil. Destacam-se ainda os financiamentos do BNDES, Caixa e Banco do Brasil. O técnico acrescenta que "o investimento também vem crescendo de forma consistente no setor privado".

Tendência – Victor Pagani avalia que a economia está desacelerando com relação a 2024, quando o

crescimento foi de 3,4%. Porém, ele acredita que o País seguirá crescendo com consistência neste e no próximo ano. Em 2025, mercado prevê crescimento de 2,2%. Pagani é mais otimista, e projeta alta de pelo menos 2,5%.

Para 2026, ano eleitoral, o técnico acredita que crescimento seguirá acima dos 2%, mas pondera: "Isso depende muito da política de juros do Banco Central e da relação do governo com o Congresso. A crise do IOF mostrou que o Centrão quer reduzir o orçamento pra investimentos públicos no próximo ano. Isso, aliado ao cenário internacional instável, torna mais difícil prever o comportamento da economia."

Mais – Sites do Dieese, IBGE e Ministério do Trabalho e Emprego.

Fonte: Agência Sindical

Contra o trabalhador: 70% dos deputados são contrários ao fim da escala 6x1, aponta Quaest

Levantamento revela ampla resistência no Congresso à proposta que prevê redução da jornada sem perda salarial



Trabalhadores e trabalhadoras protestam contra a escala 6x1 no ato do 1º de Maio de 2025 em São Paulo (SP) - Elineudo Meira/@fotografia.75

Uma pesquisa divulgada pelo Instituto Quaest nesta quarta-feira (2) revelou que a maioria dos deputados federais são contra o fim da escala 6x1. Segundo o levantamento, 70% dos parlamentares se opõem à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que acaba com a jornada de seis dias de trabalho seguidos com apenas um dia de descanso.

O estudo da Quaest mostra ainda que apenas 22% dos parlamentares apoiam o fim da escala 6x1, enquanto 8% não souberam ou preferiram não responder.

**Brasília-DF, 03 de julho de 2025**

Entre os deputados da oposição, o índice salta para 92%; 6% são favoráveis. A base do governo também está dividida, com apoio à pauta declarado por 44% dos parlamentares; outros 55% se posicionaram contra a PEC. Já o grupo de deputados classificados como "independentes" tem 74% dos deputados contrários à redução da jornada de trabalho, e 23% favoráveis.

Quando o recorte é por espectro político, os dados revelam que a PEC não tem maioria nem mesmo na esquerda, com 49% favoráveis e 49% contrários; 2% não souberam ou não responderam. No centro, o apoio cai para 27%, e a rejeição à pauta fica em 70%; outros 3% não souberam ou não responderam. Entre os deputados de direita, a rejeição vai a 88%, com 10% de apoio. A parcela dos que não sabem ou não responderam é de 2%.

O levantamento ouviu 203 deputados (40% do total da Câmara) com amostragem definida com base em extratos de região e posicionamento ideológico dos partidos. As entrevistas foram realizadas entre os dias 7 de maio e 30 de junho. A margem de erro estimada é de 4,5 pontos percentuais.

O projeto, de autoria da deputada federal Erika Hilton (Psol), tem sido a principal bandeira de mobilização dos movimentos populares e pretende estabelecer a jornada máxima de trabalho de 36 horas semanais em quatro dias por semana, sendo oito horas de trabalho mais uma hora de almoço por dia.

PEC está parada na Câmara

A PEC que prevê o fim da escala 6x1 foi protocolada em fevereiro de 2025, mas até agora não entrou em tramitação. A proposta altera o artigo 7º da Constituição Federal, que trata dos direitos dos trabalhadores urbanos e rurais.

O argumento central dos defensores da PEC é de que a jornada de seis dias consecutivos compromete a saúde física e mental da classe trabalhadora, sobretudo em atividades operacionais e de serviços essenciais, que exigem longas jornadas e grande esforço físico.

Na justificativa da PEC, a deputada Erika Hilton afirma que a proposta "reflete um movimento global em direção a modelos de trabalho mais flexíveis aos trabalhadores, reconhecendo a necessidade de adaptação às novas realidades do mercado de trabalho e às demandas por melhor qualidade de vida dos trabalhadores e de seus familiares".

Já os setores empresariais e seus representantes no Congresso alegam que o fim da escala 6x1 teria impactos sobre a produtividade e os custos das empresas.

A PEC partiu do movimento Vida Além do Trabalho (VAT), iniciado pelo vereador do Rio de Janeiro, Ricardo Azevedo, pelo Psol. Ele começou uma mobilização nas redes sociais que angariou cerca de 1,5 milhão de assinaturas em prol de um abaixo-assinado pelo fim da escala atual de trabalho.

Fonte: Brasil de Fato

Dispensa de reavaliação de aposentados por incapacidade permanente agora é lei



Pedro França/Agência Senado

Aposentados por incapacidade permanente, irreversível ou irrecuperável estão dispensados de reavaliações periódicas da condição de saúde que justificou a concessão do benefício previdenciário. Essa determinação foi confirmada pela promulgação da [Lei 15.157](#), publicada no Diário Oficial da União desta quarta-feira (2).

A norma é resultado da decisão do Congresso Nacional de derrubar, em 17 de maio, o veto integral do presidente Lula (VET 38/2024) ao Projeto de Lei (PL) 5.332/2023. O texto modifica os Planos de Benefícios da Previdência Social (Lei 8.213, de 1991) e a organização da Assistência Social no Brasil (Lei 8.742, de 1993).

Entre as medidas, o texto que agora se transformou em lei dispensa o segurado do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) e quem recebe o Benefício de Prestação Continuada (BPC) da reavaliação periódica quando a incapacidade for permanente, irreversível ou irrecuperável.

Em caso de suspeita de fraude ou erro nas dispensas de reavaliação por quadros irrecuperáveis, o segurado poderá ser convocado para análise, diz a lei. A nova norma também determina a participação de especialista em infectologia na perícia médica de pessoa com HIV.

Fonte: Agência Senado



Brasília-DF, 03 de julho de 2025

Salário mínimo paulista sobe para R\$ 1.804 a partir desta terça (1º)



Foto José Cruz

O salário mínimo regional do estado de São Paulo passa a ser de R\$ 1.804 a partir desta terça-feira, 1º de julho. O novo valor representa um reajuste de 10% em relação ao piso anterior, com ganho real estimado em 5% acima da inflação, segundo o governo estadual.

O reajuste vale para trabalhadores que não estão cobertos por convenções ou acordos coletivos e abrange a chamada primeira faixa salarial, que inclui funções como auxiliares de limpeza, atendentes, cozinheiros e operadores de máquinas. A medida não se aplica a categorias com piso estabelecido por legislação federal, como contratos de aprendizagem, nem àquelas com convenções coletivas específicas.

Com a atualização, aproximadamente 70 categorias profissionais terão o piso salarial padronizado no estado.

Além do novo salário mínimo regional, o governo paulista sancionou duas leis que impactam diretamente o funcionalismo público estadual. A primeira concede reajuste de 5% aos servidores ativos, aposentados e pensionistas de diversas áreas. A segunda institui um abono complementar — um valor extra que assegura que nenhum servidor receba menos do que o novo mínimo estadual.

Segundo estimativas do governo, cerca de 91 mil trabalhadores devem ser beneficiados com o abono, incluindo servidores da ativa e inativos com direito à paridade.

Comparativo com o piso nacional

O salário mínimo nacional em vigor desde janeiro de 2025 é de R\$ 1.518, após reajuste de 7,5% em relação ao ano anterior. O valor considera a inflação acumulada e inclui ganho real de até 2,5%, conforme a política de valorização salarial adotada pelo governo federal.

Já os pisos regionais, como o de São Paulo, são definidos por cada estado, com base em critérios

como custo de vida e realidade econômica local. No Paraná, por exemplo, o salário mínimo regional varia entre R\$ 1.984 e R\$ 2.275, conforme a categoria profissional.

Fonte: Rádio Peão Brasil

Paim questiona críticas ao IOF diante do aumento do número de deputados



Carlos Moura/Agência Senado

Durante pronunciamento no Plenário nesta terça-feira (1º), o senador Paulo Paim (PT-RS) criticou a atual política fiscal do país e argumentou que o sistema tributário brasileiro favorece os setores de maior renda e transfere a carga para os mais pobres. O senador defendeu mudanças no sistema de cobrança de tributos e alertou que o Brasil poderá deixar de arrecadar R\$ 620,8 bilhões em 2026, devido à manutenção de benefícios que favorecem setores privilegiados da economia.

— A elite econômica, política e social brasileira é insaciável, nunca está saciada. Ela se recusa a repartir o pão, mesmo frente a um povo que sofre e que todo dia é humilhado. As reformas que interessam ao povo não são as que cortam direitos. Não é a reforma trabalhista, não é a reforma previdenciária; têm que ser aquelas que estão garantindo os bilionários. Eles têm que também contribuir com a construção de um país diferente e colaborar para a melhoria da qualidade de vida do nosso povo — afirmou.

O senador questionou a coerência entre as críticas relacionadas ao Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) e a aprovação do projeto de lei complementar (PLP 177/2023), que prevê o aumento de 513 para 531 do número de deputados federais. Segundo ele, é contraditório discutir ajustes na arrecadação e cortes de tributos, enquanto o Congresso amplia despesas com mais cadeiras no Parlamento.

— Não é disso que o Brasil precisa. O Brasil é um dos



Brasília-DF, 03 de julho de 2025

países do mundo que mais tem parlamentares. Não tem sentido, num momento como este, ainda se aprovar o aumento do número de deputados federais. A população não pede mais parlamentares, ela pede justiça social, igualdade de oportunidades e quer viver com dignidade. É hora de nós todos fazermos o dever de casa: por exemplo, taxar os super-ricos, tributar lucros e dividendos, acabar com os benefícios fiscais injustos. É preciso também garantir a isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil e descontos — declarou.

Fonte: Agência Senado

Julgamentos na Justiça do Trabalho superaram 4 milhões em 2024

Houve aumento de 14,3% em comparação com 2023. Número é o maior dos últimos 20 anos



O Relatório Geral da Justiça do Trabalho 2024, divulgado nesta terça-feira (10), mostra que a Justiça trabalhista julgou 4.000.793 processos no ano passado. Isso representa um aumento de 14,3% na comparação com o ano anterior. Ao longo dos últimos 20 anos, exceto de 2018 a 2020, o indicador vem apresentando crescimento.

Nas Varas do Trabalho, a produtividade cresceu 12,6%; nos Tribunais Regionais do Trabalho (TRTs), 17,8%; e, no Tribunal Superior do Trabalho (TST), o aumento foi de 3,9%.

O relatório foi apresentado pelo presidente do TST, ministro Aloysio Corrêa da Veiga, na sessão do Órgão Especial que marcou o encerramento do semestre judiciário.

Confira a íntegra do relatório.

Valores movimentados

O total pago a quem iniciou as ações e ganhou na Justiça somou quase R\$ 50 bilhões no ano. Desse montante, 41,1% foram decorrentes de acordos, 45,1% de execução e 13,8% de pagamento espontâneo.

Foram arrecadados para a União R\$ 6,66 bilhões - 75,1% para a Previdência Social, 15,8% de Imposto de Renda e 8,9% de custas e emolumentos.

Processos recebidos também superaram os 4 milhões

O volume de processos recebidos aumentou 19,3% em relação a 2023: foram 4.090.375, também o maior volume dos últimos 20 anos. Nessas duas décadas, exceto de 2018 a 2021, esse total cresceu de forma consecutiva. Os números consideram casos novos e recursos. Quando analisados somente os casos novos, foram 3.599.940 novas ações.

Setor mais demandados e assuntos mais recorrentes

Os setores mais demandados nas novas ações foram serviços diversos (27,9%), indústria (20,6%) e comércio (13,1%). Já os assuntos mais recorrentes foram adicional de insalubridade, verbas rescisórias, FGTS, multa do artigo 477 da CLT e dano moral.

Tempo médio entre início da ação e julgamento cai

Os processos trabalhistas levam em média 197 dias entre o ajuizamento da ação e a sentença na fase de conhecimento. Esse prazo caiu 8,4% desde 2020. Naquele ano, o tempo médio era de 215 dias.

[Confira a íntegra do relatório.](#)

Fonte: TST

O Brasil Precisa Mudar

Participe do

PLEBISCITO POPULAR 2025

Uma grande consulta nacional para ouvir o povo sobre trabalho, justiça e dignidade. Sua opinião conta!

Uma grande consulta nacional para ouvir o povo sobre trabalho, justiça e dignidade. Sua opinião conta!

Fonte: Plebiscito Popular 2025

<https://share.google/UfAHok8W3WXwxJ41p>